

Fortalecimento de Raízes e Identidades: Práticas Interculturais na Educação Escolar Indígena Javaé no Tocantins

Strengthening Roots and Identities: Intercultural Practices in Javaé Indigenous School Education in Tocantins

Joana Fernandes Castro¹, Edna Maria Cruz Pinho², Jussara Resende³, Rafael Oliveira⁴, Marcilene de Assis Alves Araujo⁵ Douglas Ferreira Galvão⁶ Sarah Hougansy Lacerda dos Santos⁷

RESUMO

O artigo analisa os resultados do projeto “Formação de Professores Indígenas, Direitos Humanos e Temas Contemporâneos: Transversalidade e Cidadania na Escola Indígena Javaé”, desenvolvido nas escolas Tainá e Watakuri, localizadas nas aldeias Kanoano e Boa Esperança, na Ilha do Bananal, Tocantins. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou a metodologia de pesquisa-ação com foco em práticas interculturais e teve como objetivo fortalecer a educação escolar indígena por meio da valorização da identidade cultural, da língua Iny Rybè e da promoção da cidadania. As atividades incluíram oficinas pedagógicas, produção de materiais didáticos bilíngues e debates sobre direitos humanos e direitos indígenas. Os resultados apontaram avanços na qualificação das práticas docentes, na preservação da cultura e no fortalecimento da consciência de direitos na comunidade. No entanto, persistem desafios estruturais, como dificuldades logísticas, escassez de recursos tecnológicos e a necessidade de formação continuada para os profissionais envolvidos. Conclui-se que as metodologias participativas e interculturais foram fundamentais para consolidar uma educação escolar indígena crítica, contextualizada e comprometida com a preservação dos saberes ancestrais e o fortalecimento do protagonismo social do povo Javaé. O estudo contribui, assim, para o debate sobre políticas educacionais voltadas à diversidade étnico-cultural e à justiça social no contexto das escolas indígenas.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Interculturalidade. Povo Javaé. Direitos Humanos. Saberes Ancestrais.

ABSTRACT

The article analyzes the outcomes of the project "Indigenous Teacher Training, Human Rights, and Contemporary Issues: Transversality and Citizenship in the Javaé Indigenous School," carried out at Tainá and Watakuri schools, located in the Kanuanã and Boa Esperança villages on Bananal Island, Tocantins, Brazil. This qualitative research adopted an action-research methodology with a focus on intercultural practices, aiming to strengthen Indigenous school education through the valorization of cultural identity, the Iny Rybè language, and the promotion of citizenship. The activities included pedagogical workshops, the development of bilingual teaching materials, and discussions on human and Indigenous rights. The results indicated progress in the improvement of teaching practices, cultural preservation, and the strengthening of rights awareness within the community. However, structural challenges remain, such as logistical difficulties, a lack of technological resources, and the need for ongoing professional development for those involved. The study concludes that participatory and intercultural methodologies were essential in consolidating a critical and contextually grounded Indigenous school education, committed to the preservation of ancestral knowledge and the empowerment of the Javaé people. Thus, the study contributes to the broader debate on educational policies aimed at ethno-cultural diversity and social justice within the context of Indigenous schools.

Keywords: Indigenous School Education. Interculturality. Javaé People. Human Rights. Ancestral Knowledge.

¹ Joana Fernandes Castro
E-mail:

joanafercastro@gmail.com

Acadêmica de pedagogia –
UNIRG

<https://orcid.org/0009-0001-0397-5255>

² Ma.Edna Maria Cruz Pinho.
Mestre em
Educação (Educação)
Habilidades acadêmicas
<https://orcid.org/0000-0003-1495-7922>

³ Dr.Jussara Resende.
Professor da Universidade de
Gurupi-UNIRG
<https://orcid.org/0000-0001-5461-9392>

⁴ Me. Rafael Oliveira
Mestre em Filosofia
Professor de Filosofia da
Universidade de Gurupi-UNIRG
<https://orcid.org/0000-0002-9336-2785>

⁵Dr. Marcilene de Assis Alves Araujo.

Doutora em Letras: Ensino de
Língua e Literatura – UFT.
Docente e Coordenadora do
Mestrado em Educação
Social – PPGES/UnirG.
<https://orcid.org/0000-0003-3648-3780>

1. INTRODUÇÃO

A educação escolar indígena no Brasil constitui-se como um campo de disputa epistemológica, tensionado entre os conhecimentos hegemônicos, de matriz eurocêntrica, e os saberes ancestrais dos povos originários. Essa tensão revela-se tanto na construção das políticas públicas quanto nas práticas pedagógicas implementadas nas escolas localizadas em territórios indígenas. Segundo Albuquerque (2011), é imprescindível que os processos educativos indígenas estejam fundamentados na valorização das línguas, das cosmologias, dos modos próprios de aprender e de se relacionar com o mundo, resistindo às tentativas de homogeneização impostas pelos modelos educacionais convencionais.

Ainda que marcos legais importantes assegurem os direitos dos povos indígenas — como a Constituição Federal de 1988, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) (Brasil, 1998) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Nações Unidas, 2008) —, a realidade cotidiana das escolas indígenas segue marcada por contradições, desafios e limitações. Persistem dificuldades relacionadas à ausência de materiais didáticos bilíngues, à escassez de formação específica para professores indígenas e não indígenas, à desconsideração dos saberes locais nos currículos e à precariedade das condições físicas e tecnológicas das unidades escolares (Cunha, 2020; Freire, 2005).

Particularmente no contexto do povo Javaé, habitante da Ilha do Bananal, no estado do Tocantins, esses desafios tornam-se ainda mais evidentes. A relação com o território, a preservação da língua Iny Rybè e a transmissão dos conhecimentos tradicionais são elementos centrais para a manutenção da identidade desse povo. Entretanto, a educação escolar, quando descolada da realidade sociocultural, pode fragilizar esses processos, reproduzindo uma lógica colonial que historicamente marginaliza as epistemologias indígenas (Souza, 2019).

Por outro lado, a luta dos povos indígenas pela consolidação de uma educação específica, diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária (Brasil, 1998; Caldart, 2004) tem gerado experiências significativas que tensionam os modelos tradicionais de ensino e aprendizagem. A busca por práticas pedagógicas que dialoguem com os modos de vida e de ser das comunidades indígenas torna-se uma estratégia de resistência e de afirmação de identidades. Nesse sentido, Severino (2007) ressalta que a construção de propostas pedagógicas emancipadoras passa, necessariamente, pela escuta dos sujeitos envolvidos, pela valorização dos saberes locais e pela construção coletiva do conhecimento.

Foi nesse cenário que se desenvolveu o projeto de pesquisa e extensão intitulado “Formação de Professores Indígenas, Direitos Humanos e Temas Contemporâneos: Transversalidade e Cidadania na Escola Indígena Javaé”, vinculado ao Observatório de Povos Tradicionais do Tocantins (OPTTINS) da Universidade de Gurupi (UnirG), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins (FAPT). A iniciativa emergiu da constatação, feita em estudos e diagnósticos anteriores, de que as escolas indígenas Tainá (Aldeia Kanoano) e Watakuri (Aldeia Boa Esperança) careciam de apoio técnico-pedagógico na construção de materiais bilíngues, no desenvolvimento de práticas interculturais e no fortalecimento da formação docente, especialmente no que diz respeito aos temas relacionados à cidadania, aos direitos humanos e aos direitos específicos dos povos indígenas.

Além disso, observou-se que, embora a legislação brasileira assegure a obrigatoriedade de uma educação diferenciada para os povos indígenas, as práticas educacionais cotidianas nas escolas frequentemente não incorporam de forma efetiva os saberes, as línguas e as cosmologias desses povos (Galvão et al., s.d.; Brasil, 2017). A desarticulação entre as políticas educacionais e as realidades das comunidades impacta diretamente na qualidade do ensino e na afirmação das identidades indígenas, gerando uma educação que, muitas vezes, desconsidera os processos formativos próprios e os direitos coletivos.

A escolha pela metodologia da pesquisa-ação, ancorada na interculturalidade e na etnopesquisa, fundamentou-se na compreensão de que não é possível pensar uma educação emancipatória para os povos indígenas sem o protagonismo dos próprios sujeitos envolvidos (Thiollent, 2011; Freire, 2005). As oficinas pedagógicas, as rodas de conversa, os debates sobre direitos e a construção colaborativa de materiais didáticos bilíngues foram concebidos como instrumentos de fortalecimento da autonomia dos professores, dos estudantes e da comunidade Javaé.

Nesse processo, emergiu uma hipótese central: a de que práticas pedagógicas construídas de forma colaborativa, intercultural e bilíngue, alinhadas às diretrizes do RCNEI (Brasil, 1998) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), poderiam contribuir para a promoção de uma educação escolar indígena que não apenas atenda às exigências formais, mas que também fortaleça a língua Iny Rybè, os saberes tradicionais e a cidadania do povo Javaé. A hipótese complementar considerou que, mesmo diante dos avanços obtidos, desafios estruturais e políticos, como dificuldades logísticas, falta de recursos e formação continuada, poderiam limitar a efetividade das ações.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar os resultados do projeto “Formação de Professores Indígenas, Direitos Humanos e Temas Contemporâneos: Transversalidade e Cidadania na Escola Indígena Javaé”, considerando seus impactos no fortalecimento da educação escolar indígena, na valorização cultural e na promoção da cidadania. Como objetivos específicos, busca: (a) identificar os avanços nas práticas pedagógicas bilíngues e interculturais; (b) compreender os desafios enfrentados na implementação das ações formativas; e (c) discutir as contribuições do projeto para a consolidação de uma educação indígena crítica, emancipatória e socialmente referenciada.

Portanto, este artigo busca contribuir com as discussões acadêmicas e institucionais sobre a educação escolar indígena no Brasil, especialmente no que se refere às metodologias participativas e interculturais, capazes de articular os saberes tradicionais e os direitos fundamentais, em prol de uma educação que fortaleça as raízes, a identidade e o protagonismo dos povos originários.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, com abordagem interventiva, fundamentada na pesquisa-ação (Thiollent, 2011) e na etnopesquisa colaborativa, alinhada aos princípios da etnografia educacional. Esta escolha metodológica buscou garantir uma construção coletiva do conhecimento, valorizando a escuta ativa, o diálogo intercultural e o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo.

A pesquisa foi realizada entre os anos de 2024 e 2025, nas escolas indígenas Tainá, localizada na Aldeia Kanoano, e Watakuri, situada na Aldeia Boa Esperança, ambas pertencentes ao povo Javaé, na Ilha do Bananal, estado do Tocantins. A população envolvida incluiu professores indígenas, gestores escolares, estudantes, anciãos, lideranças comunitárias e membros da comunidade local.

O projeto foi desenvolvido pelo Observatório de Povos Tradicionais do Tocantins (OPTTINS), vinculado à Universidade de Gurupi (UnirG), com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins (FAPT). Contou ainda com a parceria do Instituto Federal do Tocantins (IFTO – Campus Gurupi), da Superintendência Regional de Educação (SRE/SEDUC) e com o apoio institucional das lideranças e das comunidades Javaé das aldeias participantes.

Foram incluídos na pesquisa professores, gestores, estudantes, lideranças comunitárias, anciões e demais membros da comunidade Javaé que participaram, de forma voluntária das oficinas, das rodas de conversa e das atividades formativas. Como critério de exclusão, consideraram-se membros da comunidade que, por vontade própria, optaram por não participar das atividades, bem como indivíduos que não pertenciam diretamente às aldeias Kanoano e Boa Esperança.

A pesquisa foi conduzida com uma amostra intencional, composta por 18 professores indígenas, 2 gestores escolares, aproximadamente 120 estudantes matriculados nas duas escolas e cerca de 15 lideranças e anciões das comunidades. A definição da amostra seguiu critérios de relevância e representatividade social e educacional, com foco nos sujeitos diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e na gestão das escolas.

O desenvolvimento da pesquisa seguiu quatro etapas metodológicas interligadas:

1. Diagnóstico sociopedagógico por meio de entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa, observação participante e levantamento documental. Este processo buscou mapear as práticas pedagógicas existentes, identificar as demandas de formação, compreender os desafios no uso da língua Iny Rybè e captar as percepções da comunidade sobre direitos, cidadania e preservação cultural.
2. Planejamento colaborativo com base no diagnóstico, foram organizadas reuniões de planejamento envolvendo a equipe de pesquisadores, os professores e gestores das escolas. Nesses encontros, elaboraram-se coletivamente os planos de ação para as oficinas pedagógicas, priorizando temas como direitos humanos, cidadania, meio ambiente, sustentabilidade, bilinguismo e saberes tradicionais.
3. Execução das oficinas, realizadas nas próprias escolas com caráter interdisciplinar e intercultural. Dentre as atividades, foram produzidos materiais didáticos bilíngues, ambientação cultural das salas de aula (com pinturas representativas da fauna, flora e cosmologia Javaé), jogos de letramento em Iny Rybè e português, rodas de conversa sobre direitos e cidadania, além de oficinas de tecnologia educacional para registro dos planos de ensino.
4. Monitoramento e avaliação participativa de forma contínua, com reuniões periódicas de devolutiva, nas quais a comunidade, os professores e os pesquisadores analisavam os avanços, as dificuldades enfrentadas e os ajustes necessários. Essa etapa foi essencial para garantir que as práticas permanecessem alinhadas às

necessidades da comunidade e respeitassem o calendário cultural da aldeia, incluindo os períodos de cheia dos rios, que impactam diretamente a logística.

As variáveis qualitativas analisadas incluíram:

- Percepções dos professores sobre sua prática pedagógica;
- Níveis de utilização da língua Iny Rybè nas práticas escolares;
- Participação dos anciãos e das lideranças na construção dos saberes escolares;
- Avaliação da comunidade sobre a efetividade das oficinas;
- Desafios enfrentados no uso de tecnologias, na gestão pedagógica e na construção de materiais didáticos bilíngues;
- Impactos percebidos na valorização da cultura e na promoção dos direitos.

A análise dos dados seguiu os pressupostos da análise de conteúdo (Bardin, 2016), em articulação com a análise etnográfica. As informações oriundas das entrevistas, das rodas de conversa, dos registros de campo e dos materiais produzidos nas oficinas foram organizadas em categorias emergentes, tais como: (a) fortalecimento da identidade cultural; (b) desafios na formação docente; (c) práticas pedagógicas bilíngues e interculturais; e (d) promoção dos direitos e da cidadania. A triangulação dos dados buscou assegurar maior rigor e validade às interpretações.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Gurupi (parecer nº 3.926.694/2020) e atendeu aos princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, específica para pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, bem como às diretrizes da Resolução nº 304/2000, que trata de pesquisas envolvendo povos indígenas. Todas as atividades foram realizadas com consentimento livre e esclarecido das lideranças, dos professores e das comunidades participantes, respeitando a autonomia, a privacidade e os saberes tradicionais do povo Javaé.

3. RESULTADOS

A análise dos dados empíricos permitiu a identificação de quatro categorias centrais, que expressam os principais resultados alcançados com o desenvolvimento do projeto nas escolas indígenas Tainá e Watakuri, localizadas na Ilha do Bananal, Tocantins. Essas categorias refletem dimensões específicas dos impactos observados no processo

educativo, cultural e comunitário, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos avanços e desafios enfrentados.

A sistematização dos achados foi organizada em três quadros que sintetizam, de forma objetiva e analítica, os principais elementos da pesquisa. O Quadro 1 apresenta as quatro categorias de análise, seus respectivos indicadores e as evidências empíricas extraídas das observações, entrevistas e oficinas realizadas. O Quadro 2 destaca os desafios estruturais e contextuais identificados durante a intervenção, além de propor recomendações alinhadas às demandas das comunidades e às diretrizes das políticas públicas. Por sua vez, o Quadro 3 sintetiza os impactos observados, organizados nas dimensões cultural, educacional, comunitária e institucional, evidenciando os múltiplos efeitos do projeto na realidade das aldeias.

Valorização da Língua e da Cultura Javaé

Os dados revelaram que a produção de materiais didáticos bilíngues — incluindo cartilhas, jogos pedagógicos e registros orais — fortaleceu significativamente o uso da língua Iny Rybè tanto no ambiente escolar quanto no cotidiano comunitário. A ressignificação dos espaços físicos das escolas, com pinturas que representam elementos da fauna, da flora e dos símbolos cosmológicos da Ilha do Bananal, foi fundamental para estimular o sentimento de pertencimento e orgulho cultural nos estudantes. Essa dimensão está refletida na primeira categoria do Quadro 1, que sistematiza os indicadores e as evidências desse processo.

Formação Docente e Práticas Pedagógicas Interculturais

A segunda categoria emergente demonstra avanços na formação dos docentes, especialmente na elaboração de práticas pedagógicas que dialogam com os saberes tradicionais, sem perder de vista as exigências dos currículos escolares formais. As oficinas formativas proporcionaram a construção de planos de ensino contextualizados, além do desenvolvimento de metodologias ativas, como rodas de conversa, cartografia cultural, contação de histórias e uso de tecnologias digitais. Essas práticas resultaram em uma melhoria perceptível na condução das atividades pedagógicas, conforme detalhado no Quadro 1, que apresenta as evidências relacionadas a essa transformação docente.

Cidadania, Direitos e Protagonismo Comunitário

A terceira categoria aponta que as atividades voltadas à reflexão sobre direitos humanos, cidadania e direitos dos povos indígenas foram fundamentais para fortalecer o protagonismo comunitário. As rodas de conversa, oficinas e debates promoveram maior compreensão, por parte da comunidade escolar, sobre seus direitos constitucionais e sobre

a importância da organização coletiva na defesa desses direitos. Esse fortalecimento se refletiu no aumento da participação dos anciões, lideranças e famílias nas decisões escolares e nas atividades pedagógicas, como demonstrado nas evidências reunidas no Quadro 1.

Desafios Estruturais e Contextuais

Embora os avanços sejam expressivos, os dados também evidenciaram desafios significativos. As dificuldades logísticas, especialmente no período de cheia do Rio Javaé, a precariedade ou ausência de internet nas escolas, a carência de recursos financeiros para produção de materiais bilíngues e a necessidade permanente de formação continuada dos docentes foram elementos recorrentes. Esses desafios estão organizados na quarta categoria do Quadro 1 e são aprofundados no Quadro 2, que sistematiza recomendações concretas para enfrentamento dessas fragilidades, propondo ações em nível de políticas públicas.

Impactos Sistematizados

A partir dos resultados obtidos, foi possível mapear os impactos do projeto em quatro dimensões fundamentais: cultural, educacional, comunitária e institucional, conforme sistematizado no Quadro 3. Na dimensão cultural, destaca-se o fortalecimento da língua Iny Rybè, o resgate e a valorização dos saberes tradicionais e a produção de materiais bilíngues. Na dimensão educacional, houve avanços significativos nas práticas pedagógicas, com adoção de metodologias interculturais e a ambientação cultural dos espaços escolares. No campo comunitário, observa-se uma ampliação da consciência sobre os direitos e uma maior participação das lideranças nas decisões escolares. Por fim, na dimensão institucional, o projeto contribuiu para fortalecer a relação entre universidade, escolas indígenas e comunidade, estimulando ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão.

Diante dos resultados alcançados, os quadros a seguir cumprem a função de sintetizar, de forma objetiva e analítica, os principais achados da pesquisa, organizando os impactos, os desafios e as transformações observadas nas escolas indígenas Tainá e Watakuri. Além de evidenciarem os avanços pedagógicos, culturais e comunitários, esses quadros constituem importantes instrumentos para subsidiar a formulação de políticas públicas, bem como para orientar práticas educativas alinhadas aos princípios da interculturalidade, do bilinguismo e do fortalecimento do protagonismo dos povos indígenas.

Ademais, sinalizam que tais avanços só serão sustentáveis se articulados ao enfrentamento dos desafios estruturais e contextuais que ainda persistem no cotidiano das aldeias Javaé.

Quadro 1 – Categorias de Análise, Indicadores e Evidências Empíricas

CATEGORIA DE ANÁLISE	INDICADORES	EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS
VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA E CULTURA JAVAÉ	Produção de materiais bilíngues; uso ampliado da língua Iny Rybè; ressignificação dos espaços escolares.	Materiais didáticos elaborados pelos professores e estudantes; pinturas das salas com fauna e flora da Ilha do Bananal.
FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS INTERCULTURAIS	Elaboração de planos de ensino contextualizados; desenvolvimento de metodologias ativas; uso de tecnologias.	Oficinas sobre planejamento, produção de cartilhas bilíngues, uso de recursos digitais e mapas culturais.
CIDADANIA, DIREITOS E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO	Participação em rodas de conversa e debates; fortalecimento da consciência de direitos; presença ativa dos anciões nas atividades.	Relatos sobre preconceito; discussões sobre demarcação de terras, direitos das crianças e dos idosos.
DESAFIOS ESTRUTURAIS E CONTEXTUAIS	Logística de acesso; carência de recursos tecnológicos e financeiros; necessidade de formação continuada.	Relatos sobre dificuldades durante o período de cheia do Rio Javaé; falta de internet e de materiais impressos adequados.

Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 2 – Desafios e Recomendações para Políticas Públicas

Desafios Identificados	Recomendações
Dificuldades logísticas de acesso às aldeias, especialmente no período de cheia.	Criação de políticas específicas de mobilidade para regiões ribeirinhas e de difícil acesso.
Carência de recursos financeiros para produção de materiais didáticos bilíngues.	Ampliação dos editais de fomento destinados à educação escolar indígena e financiamento continuado de projetos.
Ausência ou precariedade da internet nas escolas indígenas.	Implementação de programas de conectividade nas aldeias, com acesso gratuito e estável à internet.
Necessidade de formação docente continuada, especialmente no uso de tecnologias.	Oferecimento sistemático de cursos de formação intercultural, bilíngue e tecnológica, promovidos por universidades.
Baixa articulação entre os sistemas de ensino e as realidades indígenas locais.	Fortalecimento da gestão escolar intercultural, com participação efetiva das lideranças e anciões nas decisões.

Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 3 – Impactos do Projeto por Dimensão

Dimensão	Impactos Observados
Cultural	Fortalecimento da língua Iny Rybè; resgate e valorização dos saberes tradicionais; produção de materiais bilíngues.
Eduacional	Melhoria das práticas pedagógicas; adoção de metodologias interculturais; ambientação cultural dos espaços escolares.
Comunitária	Ampliação da consciência dos direitos; maior participação das lideranças e dos anciões nas atividades escolares.
Institucional	Fortalecimento da relação entre universidade, escola indígena e comunidade; estímulo à pesquisa e à extensão universitária.

Fonte: Elaborado pelos autores

4. DISCUSSÃO

A análise dos resultados, confrontada com a literatura especializada em educação indígena, direitos humanos e pedagogia intercultural, revela avanços significativos, mas também ressalta contradições e desafios estruturais que perpassam a implementação de práticas educativas contextualizadas nas aldeias Javaé.

1. Valorização da Língua e Cultura Javaé: Resistência e Reexistência

O fortalecimento do uso da língua Iny Rybè, aliado à ressignificação dos espaços escolares com símbolos da cultura local, confirma a importância do ambiente educacional enquanto espaço político de afirmação identitária, conforme destacado por Albuquerque (2011). Para a autora, a escola indígena deve transcender o mero repasse de conhecimentos ocidentais e atuar como território de resistência cultural, valorizando as línguas e cosmologias locais. Essa perspectiva dialoga com a crítica de Dussel (2008) à homogeneização cultural imposta pelo colonialismo epistêmico, que invisibiliza saberes ancestrais. Assim, a incorporação da biodiversidade e dos símbolos da Ilha do Bananal nas práticas escolares, como enfatizam Galvão et al. (s.d.), promove processos educativos mais significativos e contextualizados, essenciais para a construção de uma identidade sólida e consciente nos estudantes indígenas.

Segundo Araujo (2025) a adoção de práticas pedagógicas alinhadas às necessidades e contextos culturais de estudantes indígenas, almejou-se melhoria no desempenho acadêmico dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental, especialmente nas áreas de leitura e escrita. A adoção de práticas pedagógicas alinhadas às necessidades e aos contextos culturais dos estudantes indígenas objetiva promover a melhoria do desempenho acadêmico nos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase nas habilidades de leitura

e escrita. A produção de materiais didáticos que integrem elementos da cultura Javaé e adotem metodologias interculturais pode funcionar como recurso pedagógico relevante tanto para a escola quanto para outras instituições educacionais indígenas.

O respaldo legal presente no RCNEI (BRASIL, 1998) e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2008) reafirma a centralidade da preservação das línguas como direito fundamental. Todavia, a efetivação desse direito ainda enfrenta barreiras práticas que necessitam de atenção política e financeira, conforme evidenciado nos desafios encontrados no projeto.

2. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Interculturais: Rumo a uma Educação Emancipatória

As transformações nas práticas docentes, orientadas por metodologias que valorizam a oralidade, a memória cultural e o diálogo com saberes tradicionais, convergem com os princípios da pedagogia crítica freiriana (Freire, 2005). Freire defende que o conhecimento se constrói na relação dialógica entre educador e educando, respeitando suas experiências culturais e históricas. O projeto evidenciou a importância dessa abordagem, rompendo com modelos tradicionais e autoritários que historicamente subjugam a cultura indígena no processo educativo.

Severino (2007) e Gadotti (2000) enfatizam que uma educação emancipadora deve promover a construção coletiva do saber, sendo as oficinas formativas espaço privilegiado para essa co-construção, onde professores indígenas puderam integrar suas referências culturais com os conteúdos escolares exigidos pelos currículos nacionais. Essa articulação é crucial para evitar a fragmentação curricular e o etnocentrismo pedagógico, apontando para uma educação verdadeiramente intercultural.

3. Cidadania e Direitos: A Educação como Prática Política Libertadora

O fortalecimento da consciência crítica acerca dos direitos humanos e dos direitos específicos dos povos indígenas, observado nas rodas de conversa e oficinas, é coerente com as perspectivas de Caldart (2004) e Gadotti (2000), para quem a educação deve ser um instrumento de transformação social e empoderamento político. A participação ativa da comunidade escolar, incluindo anciões e lideranças, evidencia um protagonismo social ampliado, que transcende o espaço da escola e se conecta com a luta histórica por direitos e reconhecimento.

Essa dimensão também dialoga com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), que propõe a transversalidade dos temas de cidadania, sustentabilidade e direitos humanos. Contudo, o projeto demonstra que a mera inserção desses temas sem a

contextualização e o protagonismo indígena corre o risco de ser apenas formal e descolada da realidade. O sucesso das práticas desenvolvidas reside na articulação efetiva entre conhecimento formal e saberes locais, favorecendo uma educação crítica e libertadora.

4. Desafios Estruturais e a Persistência das Desigualdades

Os desafios logísticos e estruturais enfrentados pelas escolas indígenas Javaé, como o difícil acesso durante as cheias do Rio Javaé, a precariedade da infraestrutura tecnológica e a falta de recursos financeiros, ratificam análises de Albuquerque (2011) e Caldart (2004) que apontam a persistência das desigualdades estruturais no campo da educação escolar indígena. Essas condições impactam diretamente a implementação e a sustentabilidade das práticas pedagógicas interculturais e bilíngues, criando um cenário de vulnerabilidade que exige intervenção política urgente.

A falta de conectividade e a carência de formação continuada para os docentes comprometem não só a qualidade do ensino, mas também a permanência dos professores e o engajamento dos estudantes. Nesse sentido, torna-se imperativa a articulação contínua entre universidades, governos locais, organizações indígenas e agências de fomento para assegurar a sustentabilidade dos projetos e o respeito efetivo aos direitos educacionais dos povos originários.

Assim, a experiência do projeto Javaé reafirma que a construção de uma educação escolar indígena de qualidade passa necessariamente pelo enfrentamento conjunto das desigualdades estruturais e pelo reconhecimento dos saberes e culturas indígenas como pilares fundamentais do processo educativo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os impactos do projeto “Formação de Professores Indígenas, Direitos Humanos e Temas Contemporâneos: Transversalidade e Cidadania na Escola Indígena Javaé”, desenvolvido nas escolas Tainá e Watakurí, localizadas na Ilha do Bananal, Tocantins, com foco na valorização da língua Iny Rybè, no fortalecimento da identidade cultural e na promoção da cidadania indígena.

Os resultados indicam que o projeto contribuiu efetivamente para o fortalecimento da língua e cultura Javaé, evidenciado pela produção de materiais didáticos bilíngues e pela ressignificação dos espaços escolares, favorecendo a construção da identidade cultural dos estudantes. Observou-se também um avanço significativo na formação docente, com a adoção de práticas pedagógicas interculturais, que valorizaram saberes ancestrais e

integraram metodologias ativas alinhadas às demandas curriculares formais. Além disso, as atividades relativas à cidadania e aos direitos humanos ampliaram a consciência crítica da comunidade escolar, promovendo maior protagonismo dos anciões, lideranças e demais membros na vida escolar e comunitária.

Contudo, a pesquisa revelou desafios estruturais persistentes, como dificuldades de acesso físico às aldeias durante as cheias do Rio Javaé, precariedade tecnológica, insuficiência de recursos financeiros e necessidade constante de formação continuada para os docentes. Esses fatores dificultam a sustentabilidade e a expansão das práticas interculturais e bilíngues no contexto escolar indígena.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o foco restrito às duas escolas Javaé, o que pode limitar a generalização dos resultados para outras realidades indígenas com diferentes contextos socioculturais e geográficos. Além disso, a duração do projeto e o tempo disponível para acompanhamento das transformações foram limitados, dificultando a avaliação de impactos a longo prazo.

Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras ampliem a abrangência para outras comunidades indígenas e explorem o impacto longitudinal das intervenções educativas interculturais e bilíngues. Também é recomendável investigar estratégias inovadoras para superar as limitações estruturais, como a utilização de tecnologias móveis em ambientes com infraestrutura precária, e aprofundar a análise sobre a formação continuada dos professores indígenas, visando à consolidação de práticas pedagógicas emancipadoras.

Portanto, conclui-se que o fortalecimento da educação escolar indígena requer a articulação integrada entre valorização cultural e linguística, formação docente contextualizada e políticas públicas que enfrentem as desigualdades estruturais. O projeto analisado demonstra que a construção de uma educação intercultural, bilíngue e emancipatória é possível, desde que acompanhada de investimentos permanentes, participação comunitária ativa e respeito aos saberes originários.

Esta pesquisa contribui para a reflexão crítica sobre práticas pedagógicas e políticas educacionais direcionadas aos povos indígenas, apontando caminhos para a ampliação e consolidação de uma educação que efetivamente dialogue com as necessidades e potencialidades dos povos originários.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. M. A importância da literatura indígena na escola. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 4, n. 2, p. 660-675, 2011.

ARAUJO, M. A. A. SANTOS, J. S. LEITÃO, K. A. Diálogos de saberes: integração intercultural na aldeia Boa Esperança. In OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno [Org.] **Interculturalidade em diferentes campos e contextos educativos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

BARDET, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de [nome do tradutor]. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CALDART, Roseli Fischmann. **Educação escolar indígena: entre o global e o local**. 2004.

CUNHA, Maria de Lourdes Sampaio. **Desafios na educação escolar indígena contemporânea**. 2020.

DUSSEL, Enrique. **A crítica da colonialidade e o projeto emancipatório da América Latina**. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Educação e sociedade: fundamentos filosóficos, sociológicos e políticos da educação**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

GALVÃO, D. F. et al. **Parede lúdica e contextualizada na biodiversidade da Ilha do Bananal: educação ambiental na sala de aula da Escola Indígena Tainá**. [s.d.]

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. A/RES/61/295. 2008.

MATOS, Solange Cavalcante de. **Contribuições das narrativas ancestrais Javaé para os multiletramentos na aldeia Boa Esperança, na perspectiva bilíngue e intercultural**. 2023. 285 f. Tese orientada pelo Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque e coorientada pela Profa. Dra. Marcilene de Assis Alves Araujo - Curso de Pós-Graduação, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2023.

OBSERVATÓRIO DE POVOS TRADICIONAIS DO TOCANTINS (OPTTINS). [Diversos documentos internos do projeto e notícias de divulgação]. UnirG, [s.d.]

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNIRG. Pesquisadores do OPTTINS desenvolvem ações sobre formação de professores na escola indígena da Aldeia Boa Esperança. Notícia. [s.d.]. Disponível em: <https://www.unirg.edu.br/noticia/19898/Pesquisadores-do-OPTTINS-desenvolvem-acoes->

[sobre-formação-de-professores-na-escola-indígena-da-Aldeia-Boa-Esperança.](#) Acesso em: 21 jun. 2025.

UNIRG. Pesquisadores realizam última visita do ano à aldeia indígena Kanoano. Notícia. [s.d.]. Disponível em: <https://www.unirg.edu.br/noticia/20106/Pesquisadores-realizam-última-visita-do-ano-à-aldeia-indígena-Kanoano>. Acesso em: 21 jun. 2025.